

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS

Euzane Maria CORDEIRO¹
UFU

Guilherme Saramago de OLIVEIRA²
UFU

RESUMO

O presente trabalho relata alguns dos resultados de uma pesquisa acadêmica que buscou estudar a organização e a implementação das práticas educativas destinadas a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista responder ao seguinte questionamento: as práticas educativas atualmente desenvolvidas nas salas de aula asseguram a inclusão no processo educativo dos alunos que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos na época adequada, em idade própria, tal como previsto na legislação educacional brasileira? Para alcançar ao objetivo proposto, foi pensada, organizada e realizada uma pesquisa de natureza bibliográfica, adotando como fundamentos teóricos, principalmente, os estudos desenvolvidos por Freire (1979, 1981, 1988, 1996), Durante (1998), Brasil (2000), Soares (2002) e Romão e Gadotti (2008). Pela pesquisa realizada foi constatada a importância dos professores terem um olhar especial no processo de acolhimento e desenvolvimento do trabalho pedagógico junto aos alunos da EJA. Pela pesquisa desenvolvida também ficou evidenciado que os alunos da EJA consideram a educação, pelo acesso a leitura e escrita que favorece, como uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho e de crescimento pessoal e social. Sendo assim, devem ser utilizadas no desenvolvimento da prática pedagógica na EJA diferentes formas de trabalho que valorizem e estimulem o acesso a diferentes tipos de leitura tendo em vista possibilitar a construção de novos sentidos às práticas cotidianas de leitura dos estudantes, colocando em confronto o discurso adquirido no ambiente cultural do qual faziam parte, com o discurso desenvolvido na escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Inclusiva. Práticas Educativas.

¹ Especialista em Psicopedagogia: Universidade Federal de Uberlândia-MG. Mestranda em Educação: Universidade Federal de Uberlândia-MG. E-mail: euzanemaria@yahoo.com.br.

² Doutor em Educação: Universidade Federal de Uberlândia-MG. Professor Adjunto da Faculdade de Educação: Universidade Federal de Uberlândia-MG. E-mail: gsoliveira@ufu.br.

Introdução

O ponto de partida para a realização dessa pesquisa está diretamente relacionado à constatação de que os alunos que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos na época adequada estejam na atualidade voltando às salas de aula. Assim, o questionamento que direcionou a presente pesquisa é o seguinte: as práticas educativas atualmente desenvolvidas nas salas de aula asseguram a inclusão no processo educativo dos alunos que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos na época adequada, tal como previsto na legislação educacional brasileira?

O principal objetivo dessa pesquisa foi buscar compreender como se estrutura e é desenvolvido na sala de aula o processo de ensino e de aprendizagem destinado à formação dos alunos que não tiveram a oportunidade de estudar, bem como os que não conseguiram concluir o ensino na idade própria, visando analisar e refletir sobre a importância da organização de práticas educativas que assegurem a adequada inclusão dos discentes no trabalho pedagógico realizado na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Espera-se com esta pesquisa, a partir das análises e reflexões realizadas, contribuir para a melhor compreensão das ações pedagógicas desenvolvidas por muitos educadores e servir de referência teórica para nortear a instituição de uma práxis mais significativa para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

A prática pedagógica na EJA é uma situação que requer um olhar especial dos professores desde o processo de acolhimento dos alunos até sua condução no processo de apreender os conteúdos inerentes às diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar. Isso não é tarefa simples, pois envolve lidar com emoções, motivações, valores, atitudes, responsabilidades e compromissos.

A relação entre professor e aluno envolve tanto a valorização dos conhecimentos e da forma de expressão de cada um, como seu processo de socialização, levando em conta, nas situações de ensino e aprendizagem, dúvidas e inquietações, realidades socioculturais, jornada de trabalho docente e discente, tempo de estudo, bem como, uma ação política e pedagógica que revele e contemple as necessidades destes sujeitos.

O professor da Educação de Jovens e Adultos não deve considerar o aluno como um ser limitado, incapacitado, sem conhecimentos prévios. É preciso considerar esse sujeito como um ser pensante, capaz de agir e produzir, a partir das suas experiências, seus próprios saberes.

Para fundamentar os estudos e responder ao questionamento pretendido, foi pensada e estruturada uma pesquisa bibliográfica tendo por base os principais autores que desenvolveram seus estudos vinculados à temática proposta, dentre eles, Freire (1979, 1981, 1988, 1996), Durante (1998), Brasil (2000), Soares (2002) e Romão e Gadotti (2008).

A pesquisa bibliográfica, também chamada pesquisa teórica, possibilita o acesso a informações e conhecimentos significativos que foram produzidos por vários estudiosos e que podem contribuir com a elaboração das respostas do questionamento apresentado na pesquisa proposta.

Para Gil (1999, p.65), a pesquisa bibliográfica, “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

Educação de Jovens e Adultos: trajetória, bases legais e configuração atual

A Educação de Jovens e Adultos é um direito social estabelecido na Constituição Brasileira e se destina, principalmente, àqueles cidadãos que não tiveram, na idade própria, o acesso à escola e não conseguiram, portanto, dentre outros saberes, adquirir o domínio da escrita e da leitura.

Nas últimas décadas, o conceito de alfabetização tem mudado significativamente. Durante muito tempo, considerou-se que uma pessoa estava alfabetizada quando sabia ler e escrever, ainda que em estágio muito rudimentar. Foi essa a concepção que orientou a maioria das campanhas de alfabetização de jovens e adultos em todo o mundo. Acreditava-se que, em alguns meses, poderiam ser ensinados os princípios básicos da codificação das letras, tornando os estudantes aptos a empregar esse conhecimento em proveito próprio.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), no Brasil, durante o período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos, inicialmente com indígenas e, posteriormente com escravos negros. Mais tarde se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos.

A implantação de uma escola de qualidade para todos, no Brasil, avançou lentamente ao longo da história, sobretudo em virtude do modelo social, econômico e político predominante.

Para Beisiegel (1974),

[...] no Brasil, na colônia e mesmo depois, nas primeiras fases do Império
[...] é a posse da propriedade que determina as limitações de aplicação das

doutrinas liberais: e são os interesses radicais na propriedade dos meios de produção colonial [...] que estabelecem os conteúdos específicos dessas doutrinas no país. O que há realmente peculiar no liberalismo no Brasil, durante este período, e nestas circunstâncias, é mesmo a estreiteza das faixas de população abrangidas nos benefícios consubstanciados nas formulações universais em que os interesses dominantes se exprimem (BEISIEGE, 1974, p. 43).

Sobretudo, a partir dos anos 40, a educação de adultos se constituiu como tema de política educacional, com inúmeras propostas pedagógicas de importância tais como: a Regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) em 1942; do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, além do 1º Congresso Nacional de Educação como também o Seminário Internacional de Educação de Jovens e Adultos em 1949.

Na década de 50, surge a Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

Nos anos 60, tem início a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que contribuíram efetivamente para a sistematização do Plano Decenal que fixou metas de prover oportunidades de acesso e progressão ao Ensino Fundamental de Jovens e Adultos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5692, de 11 de agosto de 1971, complementando e ampliando o trabalho realizado pelo MOBRAL, institui uma modalidade de ensino, considerada inovadora, o chamado Ensino Supletivo. Essa modalidade tinha o objetivo de possibilitar recuperação do atraso escolar dos indivíduos que não puderam ter acesso às instituições de ensino na época adequada.

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000) na década de 80, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) não parou de crescer, uma de suas iniciativas foi o Programa de Educação Integrada - PEI, que reduzia o primário em poucos anos e abria a perspectiva de continuidade dos estudos aos alunos que foram recém alfabetizados.

No ano de 1985, o MOBRAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), que apoiava financeira e tecnicamente, as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas.

Em 1996, com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996, ficou instituída a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino.

O artigo 37 dessa lei estabelece que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na

idade própria”. Estabelece também que “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Estabelece ainda que “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (BRASIL, 1996).

Já, o artigo 38 desta mesma Lei, determina que “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. Esses exames serão realizados no “nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos” e no “nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos” (BRASIL, 1996).

A partir, principalmente, dos anos 90, muitos estudos passam a indicar a necessidade de adequar o ensino às características intelectuais do aluno a que se destina. Surgem então, várias propostas curriculares que passam a considerar o aluno e sua realidade. O aluno passa a ser concebido como um sujeito que possui interesses próprios, que desejam não só aprender a ler e a escrever, mas construir a partir de saberes diversos um presente melhor, na busca de um futuro digno para eles e suas famílias.

Nessa perspectiva, em 2000 surge as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA, tendo em vista atender a um público heterogêneo em relação ao gênero, a cor, a origem social, a cultura, a trajetória de vida e ainda no que se refere à idade dos educandos jovens ou adultos que foram excluídos do processo educacional, muitas vezes, por estarem inseridos no mercado de trabalho.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA, essa modalidade desempenha três funções básicas: função reparadora, função equalizadora e a função qualificadora (BRASIL, 2000).

A função reparadora tem como objetivo a restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade. Junto com esta função reparadora, a EJA responde também a demanda postulada por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada semelhança idade/ano em seu relativo caminho escolar e nem a possibilidade de continuação de seus estudos.

A função equalizadora, conforme a Diretrizes curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), se relaciona a igualdade de oportunidades, a EJA nesse sentido representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades.

Por fim, a função qualificadora, se refere à educação permanente cujo potencial é o de adequação em quadros escolares ou não escolares. Mais que uma função seria o próprio sentido de educação de jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a EJA é definida, tal como estabelece a LDB, como modalidade de ensino que compõe a Educação Básica e é um direito do cidadão.

A EJA se destina a uma clientela específica constituída de:

[...] adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub-representados nessa etapa da escolaridade (BRASIL, 2000, p. 9).

A escola que atende à Educação de Jovens e Adultos precisa conhecer quem são seus alunos e, a partir daí, contribuir no processo de acolhimento destes. Esse acolhimento envolve tanto a valorização dos conhecimentos, como a forma de expressão de cada um, e também seu processo de socialização o qual se traduz nas oportunidades estimulando, valorizando e oferecendo subsídios para enriquecer as manifestações e produções e, assim eles possam se reconhecer como seres capazes de propor, criar e participar.

As dificuldades inerentes a uma escolarização de EJA, como o cansaço após o dia de trabalho, os sentimentos de vergonha e de incompetência provocados por longos anos de não aprendizagem dentro da escola são alguns dos fatores do perfil do aluno.

Esses alunos geralmente trazem consigo muitos conhecimentos, e saberes de suas próprias vidas, do seu cotidiano. O desejo de aprender a ler e a escrever está vinculado muitas vezes ao sofrimento advindo das condições daqueles que não são alfabetizados e que não estão de certa forma, inseridos na sociedade grafocêntrica.

Viver em uma sociedade letrada sem dominar os códigos da leitura e da escrita é tornar-se um dependente social, pois limita as possibilidades de atuação plena e efetiva do indivíduo.

Os alunos, segundo Dayrell (1996),

[...] que chegam à escola são sujeitos sócio-culturais, com um saber, uma cultura, e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente fruto das experiências vivenciadas dentro de um campo de possibilidade cada um. A escola é parte do projeto dos alunos (DAYRELL, 1996, p. 144).

Mesmo com tantas diferenças existentes entre estes sujeitos muitos chegam à escola com um objetivo de vida, do qual a escola é parte integrante, nesse sentido pressupõe um

olhar diferenciado para este público, respeitando de fato seus conhecimentos, interesses e necessidades de aprendizagem.

Os jovens e adultos, conforme Gadotti e Romão (2008),

[...] trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos (GADOTTI E ROMÃO, 2008, p.31).

Algumas décadas atrás, saber ler e escrever era privilégios de poucos, nos dias atuais, isso é uma condição para se conduzir numa sociedade na qual a leitura e a escrita são tradutores de uma enorme escala de bens como, por exemplo, a saúde, a segurança, o trabalho, o lazer e as informações.

Deste modo, associada às necessidades básicas de sobrevivência surge novas necessidades, entre elas incluem-se a leitura e a escrita no cotidiano. A vida em uma sociedade letrada coloca a todo o momento, a necessidade de buscar e processar informações escritas, nesse sentido, é importante esclarecer o que é leitura e o que é escrita e como acontece esse processo na Educação de Jovens e adultos.

O Processo de Leitura e Escrita na Educação de Jovens e Adultos:

Quando se fala em leitura, o que percebemos é a decodificação da linguagem escrita. Sabe-se que nos dias de hoje a idéia de leitura vai mais longe desta visão tradicional “[...] aprender a ler significa também aprender a ler o mundo, dar sentido a ele e a nós próprios, o que, mal ou bem, fazemos mesmo sem ser ensinados” (MARTINS, 1982, p. 34).

Nesta perspectiva, ler e a escrever significa interpretar, relacionar textos e produzir sentidos, através do processo de interação da teoria e da prática. Assim, leitura e escrita devem ser estabelecidas como prática do mundo real, uma vez que ambas precisam ser vividas em conjunto, pois a alfabetização equivale ao processo pelo qual se adquire um conhecimento, a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-las para ler e escrever.

Na educação de jovens e adultos, ler e escrever representa a capacidade de saber o que se conhece, é ter uma habilidade e poder explicar como ela é realizada. A leitura, segundo Infante (2000, p.57), “é o meio de que dispomos para adquirir informações e desenvolver reflexões críticas sobre a realidade”.

O domínio da escrita traz inúmeros benefícios dentre eles, ajuda a articular e organizar o pensamento, a dar desenvoltura para operar questões da vida cotidiana, ajuda a conviver em condições de igualdade social, com pessoas que possuem esses conhecimentos.

Os significados da escrita para Durante (1998),

[...] são determinados pelo contexto e pela instituição em que foi adquirida, ou seja, os significados estão relacionados á função e uso da escrita num determinado contexto. [...] Mais do que ter acesso á linguagem é necessário que o indivíduo tenha acesso ao modo de pensar e refletir sobre a linguagem nas suas múltiplas funções de uso. [...] O processo de desenvolvimento da leitura só ocorre através do próprio ato de leitura (DURANTE, 1998, p.26-29).

O trabalho com o adulto que não foi alfabetizado ou pouco escolarizado, de acordo com Faria (2009), pode propiciar situações de aprendizagem significativas e promover o desenvolvimento psicológico do educando, quando são consideradas, no desenvolvimento da prática pedagógica, suas experiências de vida e circunstâncias culturais, históricas e sociais.

É preciso considerar a idade adulta não como fase estável e sem transformações psicológicas, mas de continuidade do desenvolvimento psicológico natural em todo ser humano. O conhecimento resulta de processos de interação em diferentes contextos sociais e não de diferentes potenciais cognitivos.

Muito se tem discutido sobre os métodos e práticas significativas para o aprendizado de jovens e adultos. Nesse sentido, merece destaque as considerações de Freire (1979) ao enfatizar que:

[...] a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora de dentro do analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer também do educando e não só do educador e que identificasse [...] o conteúdo da aprendizagem com o processo de aprendizagem. Por essa razão, não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mias á condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma (FREIRE, 1979 p. 72).

Assim, Freire (1979) entende que o papel do educador consiste em dividir a aprendizagem, priorizando os conhecimentos trazidos dos próprios alunos ajudando-os a ultrapassar esse conhecimento para o conhecimento letrado, ou seja, ajudando-os no método de aquisição de conhecimentos, tornando-os sujeitos de sua história e não apenas um objeto.

Desta forma, o professor estará atuando para favorecer aos alunos a construção de uma imagem de si próprios como cidadãos, com direitos vinculados ao trabalho e ao consumo, para agir de forma solidária e responsável, percebendo-se como sujeitos ativos na sociedade.

A prática pedagógica pode promover o entendimento e a compreensão crítica da realidade “[...] a partir do dia a dia dos sujeitos, pois é no cotidiano que se expressam as formas de viver/conviver e é aí que devemos criar novas formas de ser e estar no mundo, a partir de reflexões significativas sobre as realizações do aprendiz” (MORAES, 2004, p. 319).

É importante destacar que os alunos e os docentes encontram-se na sala de aula trazendo consigo vivências diretas ou indiretas como testemunhas ou protagonistas de várias situações que envolvem trabalho. Vivem situações de prazer, insatisfação ou descontentamento.

De acordo com Brandão (1981), o processo de aprendizagem parte da realidade dos alunos, cabendo ao professor, junto com eles, reinterpretá-la e ordená-la numa relação dialética entre os conteúdos sistematizados e as experiências concretas dos alunos.

Saviani (1994) considera a necessidade de o professor trabalhar no sentido de fornecer aos alunos as condições necessárias para que estabeleçam uma crítica da sociedade e possibilidade de ação constante e eficaz, pois ao professor cabe uma função social.

Para exercer essa função social adequadamente, é necessário que o docente considere os conhecimentos, procedimentos e valores dos alunos, de forma a favorecer a capacidade de pensar compreensivelmente sobre eles, criando espaços de trabalho pedagógicos na sala de aula, na escola, interagindo com organizações preocupadas com as temáticas existentes na localidade, para a troca de pontos de vista sobre experiências que devem ser problematizadas explicitamente.

Para tanto, faz-se necessário assinalar a importância da adoção pelos professores de metodologias diversificadas e apropriadas ao aluno da Educação de Jovens e Adultos que possibilitem o efetivo desenvolvimento de atitudes e a aprendizagem de procedimentos importantes para a atuação plena dos educandos na vida social.

A posição de Freire (1996) com respeito à busca de novas práticas educativas é muito importante e nos leva a refletir:

Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (FREIRE, 1996, p. 59).

Para Libâneo (1994), na perspectiva da Pedagogia Libertadora há o entendimento que a educação tem um papel primordial de transformação da sociedade, iniciando nas relações sociais estabelecidas em seu campo de atuação. Sendo assim, a relação professor-aluno precisa ser ressignificada, e quando se fala na educação em geral,

[...] diz-se que ela é uma atividade pela qual professor e aluno, mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo de aprendizagem, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social (LIBÂNEO, 1994, p.64).

Neste sentido, a educação pode contribuir para um processo de transformação quando o educador se tornar alguém que busque parcerias, diálogos e alianças entre educadores (as) e educandos (as) e entre conhecimentos científicos e saberes das comunidades e/ou das próprias pessoas.

Freire (1981) propunha a alfabetização e a educação para adultos sempre partindo de uma observação crítica da realidade dos educandos, considerando que a leitura do mundo precede à leitura da palavra. Permitindo assim, ao aluno avançar em suas necessidades pessoais e profissionais, possibilitando-lhe interpretar, analisar, conhecer, acrescentar, entender e, por fim, participar, interagindo em seu meio social.

O aprendizado da leitura e da escrita, para Freire (1981),

[...] não pode ser feito como algo paralelo ou quase paralelo à realidade concreta dos alfabetizados. Aquele aprendizado, por isto mesmo, demanda a compreensão da significação profunda da palavra, a que antes fizemos referência. Mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomarem a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos (FREIRE, 1981, p. 13).

O indivíduo alfabetizado, para Soares (2003), não é necessariamente um indivíduo letrado, alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado é o indivíduo que vive em estado de letramento, que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais da escrita.

Geralmente os alunos da EJA têm pouco domínio da leitura e da escrita, já que muitas vezes, o tipo de trabalho ou as situações sociais das quais participam não favorecem o desenvolvimento dessas atividades. Além de ser determinante para a sua exclusão sociocultural, torna-se um obstáculo para sua aprendizagem.

Portanto, cabe ao professor definir estratégias e procedimentos que envolvam leitura e escrita para fazer do aluno um leitor autônomo, capaz de reconhecer e utilizar textos de diferentes gêneros de acordo com o seu cotidiano, fazer com que ele desenvolva a capacidade de expor seus pensamentos.

Na EJA, as necessidades da leitura e da escrita, apresentadas pelos alunos, têm estreitas relações com o cotidiano e ainda apresentam grande influência do meio sociocultural em que o indivíduo atua e tem maior ou menor relevância em função das atividades em que os sujeitos estiveram e possam estar envolvidos. Isto nos leva a pressupor que o valor da escrita na sociedade e a participação nas práticas de letramento interferem nos significados que os sujeitos atribuem ao processo de alfabetização.

No dia a dia do trabalho escolar, há vários fatores que interferem no processo pedagógico e acabam sendo responsáveis pelas dificuldades e/ou rejeição que alguns alunos da Educação de Jovens e Adultos enfrentam na aquisição da leitura e da escrita, como por exemplo: uns estão cansados fisicamente, porque tiveram um dia exaustivo de trabalho; outros pertencem a uma classe menos favorecida; ainda existem alguns que não encontram condições para o acesso à leitura e a escrita.

No desenvolvimento dos processos educativos na EJA, é necessário considerar que indivíduo é um ser interativo, seus conhecimentos se estabelecem a partir das relações interpessoais e intrapessoais, ou seja, é um processo que ocorre de fora para dentro. Desse modo, o ser humano se apropria de conhecimentos por meio da interseção entre aspectos da história pessoal e social. É nesse processo que ocorre a apropriação da cultura e o conseqüente desenvolvimento do indivíduo. Portanto, o exercício profissional e o papel do educador são fundamentais na reflexão crítica a esse exercício cotidiano que cada uma e cada um constroem na competência e no desenvolvimento profissional.

O educador tem que lidar pessoalmente e profissionalmente, da melhor forma possível, com os alunos, independentes da sua etnia, do seu grupo social, da sua religião, ou de qualquer outro aspecto que os distingue dos demais.

Possibilitar aos jovens e adultos o acesso ao domínio da leitura e da escrita não é o único desafio presente nas salas de aula com o qual o educador irá deparar-se. Seus ensinamentos não devem ficar alocados apenas ao processo de aprender a ler e escrever desses alunos, é necessário desenvolver outras habilidades e atitudes tão necessárias à vida em sociedade.

Considerações Finais:

A realização deste estudo possibilitou a compreensão sobre as dificuldades em relação à aquisição da leitura e da escrita enfrentadas pelas pessoas que não tiveram a oportunidade de realizarem seus estudos na época adequada. Também permitiu o entendimento de como os alunos da EJA se sentem na escola de maneira geral e como aprendem estudando em uma sala de aula heterogênea com colegas de faixas etárias diversas.

O estudo realizado permitiu ainda entender que os jovens e adultos que representam o quadro atual do analfabetismo no país são frutos de uma sociedade ainda muito desumana e preconceituosa. Estas pessoas em sua maioria trabalham durante o dia em atividades que exigem muito esforço físico, e isso faz com que cheguem cansadas na escola, dificultando seu processo de aprendizagem.

Essa é uma situação que requer um olhar especial dos professores no processo de acolhimento e ensino dos alunos da EJA. Isso, no entanto, não é tarefa simples, pois envolve lidar com emoções, motivações, valores, atitudes, responsabilidades e compromissos. Essa relação de envolvimento com o aluno diz respeito tanto a valorização dos conhecimentos e da forma de expressão de cada um, como seu processo de socialização, levando em conta as situações de ensino e aprendizagem, dúvidas e inquietações, realidades socioculturais, jornada de trabalho bem como, uma ação política e pedagógica que revele e contemple as necessidades destes sujeitos.

Ao ingressarem na EJA, os alunos objetivam participar de práticas mais valorizadas socialmente que envolvem a leitura e a escrita, além de buscarem realização pessoal. A educação de jovens e adultos nesse sentido representa para eles a oportunidade de inserção social, pois é o local que formalmente tem como objetivo ensinar a ler e a escrever.

Pela pesquisa realizada foi constatado que devem ser utilizadas na prática pedagógica da EJA várias formas de leitura tendo em vista possibilitar a construção de novos sentidos às práticas de leitura dos alfabetizados colocando em confronto o discurso adquirido no ambiente cultural do qual faziam parte, com o discurso aprendido na escola.

A pesquisa também evidenciou a importância de se investir na educação de jovens e adultos no Brasil, diante da necessidade do reconhecimento dessas pessoas como cidadãos que têm direito a educação formal e que em virtude de situações de desigualdades, lhe foi negado no passado e lhe é dificultado no presente.

Em fim, espera-se que as discussões apresentadas neste estudo, possam constituir-se em uma contribuição para refletir o cotidiano pedagógico de muitos educadores e servir de pilar norteador para uma práxis mais significativa na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Referências:

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, maio 2000.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular.** São Paulo: Pioneira, 1974.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

- DURANTE, M. **Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos**. Porto alegre: Artmed, 1998.
- FARIA W. F. **Educação de jovens e adultos: pedagogia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (org). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, Instituição Paulo Freire, 2008.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.
- INFANTE, U. **Texto: leitura e escrita**. São Paulo: Scipione, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 53-75.
- MARTINS, M. H. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORAES, M. C. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1994.
- SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica 2002.